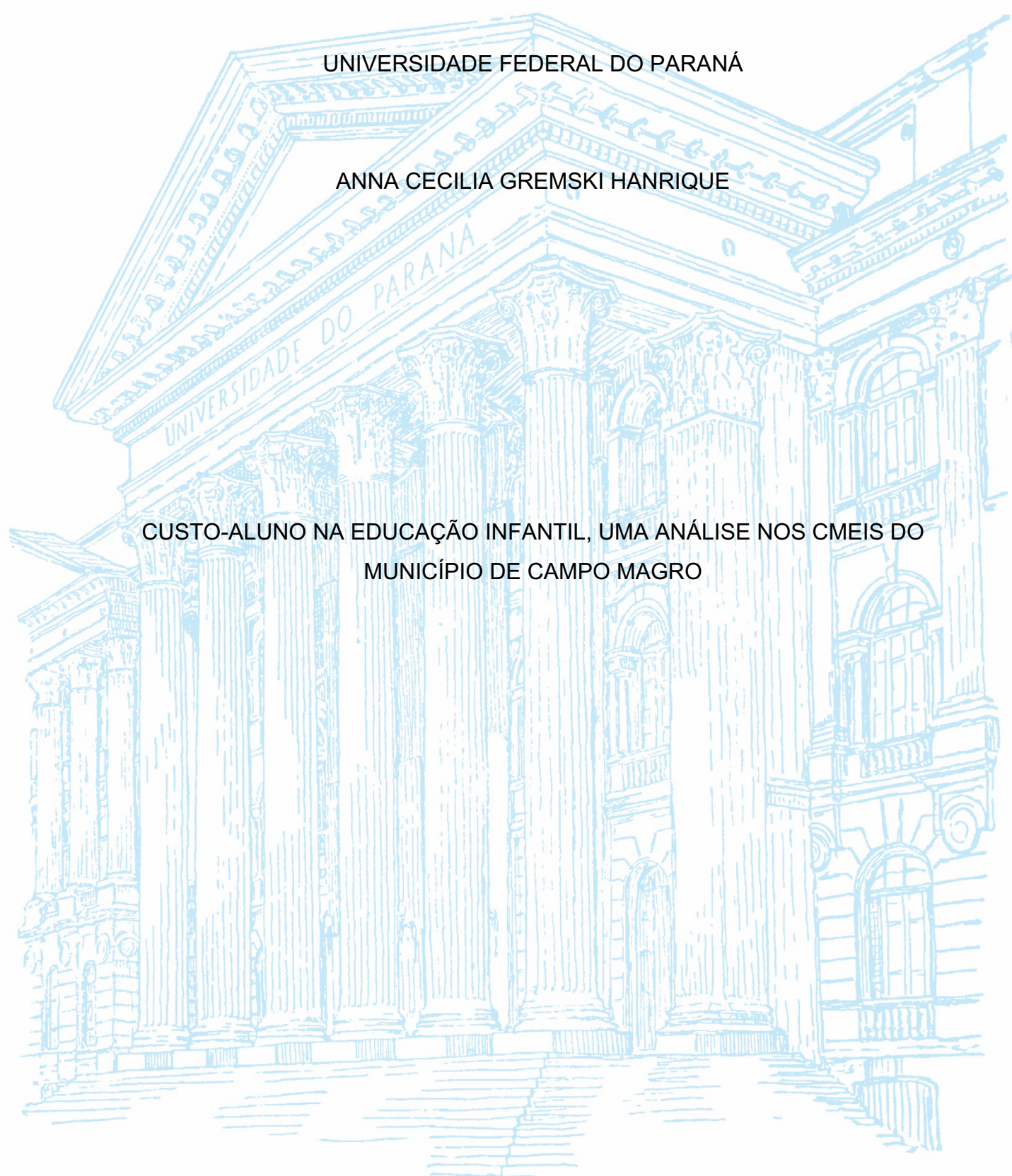




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANNA CECILIA GREMSKI HANRIQUE

CUSTO-ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, UMA ANÁLISE NOS CMEIS DO
MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

CURITIBA, 2023

ANNA CECILIA GREMSKI HANRIQUE

CUSTO-ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, UMA ANÁLISE NOS CMEIS DO
MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Schneider

CURITIBA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
Rua General Carneiro, 460, - - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: 3360-5000 - <http://www.ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – PEDAGOGIA – UFPR

Aos 11 dias do mês de dezembro do ano de 2023, com início às 09 horas, realizou-se na sala 208 do Edifício Dom Pedro I, Campus Reitoria, a sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria de Anna Cecília Gremski Hanrique intitulado **Custo-Aluno na Educação infantil, uma análise nos CMEIS do Município de Campo Magro**. Estiveram presentes como componentes da banca de avaliação do TCC o/a docente Gabriela Schneider (orientador/a) e Adriana Aparecida Dragone Silveira (avaliador/a/s). A sessão teve início com a apresentação, pela/o/s autor/a/es do TCC, seguida da arguição feita pelos/as avaliadores/as, e da defesa do trabalho. Após essa etapa, a banca se reuniu sigilosamente para deliberar acerca da avaliação do trabalho, destacando:

- Sobre o título do trabalho: (x) não há recomendação () há recomendação. Se sim, indicar qual:

- Sobre a publicação da versão final deste TCC no SIBI: (x) autorizada (pelo/a orientador/a)

() não autorizada (pelo/a orientador/a). Justificativa (a ser apreciada pelo Colegiado):

- Sobre o trabalho, principais comentários/recomendações (obrigatório): A banca destaca a relevância do tema e sugere destacar alguns pontos na conclusão.

Por fim, o trabalho recebeu a nota 98, composta pela média das notas atribuídas pelos/as

avaliadores/as na ficha de avaliação, sendo o mesmo considerado:

(x) aprovado (de 70 a 100)

() aprovado com recomendação de ajustes necessários (de 50 a 69).

() reprovado (menos que 50)

Nada mais havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às 10h, da qual foi lavrada a presente Ata que será assinada pelos/as autores/as do TCC e pelos/as avaliadores/as.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA SCHNEIDER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/12/2023, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANNA CECILIA GREMSKI HANRIQUE, Usuário Externo**, em 11/12/2023, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA APARECIDA DRAGONE SILVEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/12/2023, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **6264349** e o código CRC **7F88AB5B**.

Dedico este trabalho a minha mãe, que assumiu o desafio de exercer o papel de mãe e pai, e o cumpriu com maestria. A quem nunca mediu forças para me possibilitar sempre o melhor, nós conseguimos, Soninha!

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi tão simples e fácil, como imaginei lá no início do curso, mas ninguém disse que seria, essa era uma expectativa minha. E como sempre, tudo que se refere a mim, precisa ter um pouco mais de emoção que o habitual...

Desde o primeiro ano, quando cheguei na Universidade, me encontrei sozinha, depois de anos na minha bolha, fui forçada a sair da zona de conforto para conseguir sobreviver aqui dentro. Confesso que tive muita vontade de desistir inúmeras vezes, por não me achar capaz, e menos ainda merecedora de ocupar uma vaga na Federal. Mas com o passar dos anos, pude compreender que eu mereci sim ocupar esta vaga, que eu me esforcei assim como todos que por aqui passaram.

Houveram inúmeros desafios nesta jornada, e quando me senti mais ambientada com a Universidade e os desafios por ela propostos, algo inimaginável aconteceu, a pandemia do COVID-19 chegou arrasando tudo, tirando as coisas do lugar, nos privando de viver como estávamos habituados, e por muito tempo foi necessário ressignificar e aprender a conviver com a nova realidade imposta. Neste tempo, tive o privilégio de ter muito tempo de qualidade com a minha mãe, Sônia e com meu irmão, Robert, onde descobrimos que somos uma excelente equipe, nos unimos de forma absurda e nos apoiamos em meio as incertezas que nos rodeavam. Agradeço a vocês dois, por terem me ajudado tantas vezes me ouvindo e validando meus sentimentos e me mostrando que não era o fim do mundo e sim mais uma fase desafiadora, por terem sido cobaias em inúmeros dos meus planos de aula e intervenções pedagógicas, e principalmente por sempre terem acreditado no meu potencial, por serem o meu alicerce e o motivo para eu não desistir. Agradeço também ao meu padrasto, Reginaldo, que por inúmeras vezes foi me buscar tarde da noite no ponto de ônibus, depois da aula, mesmo com seu jeito fechado e de poucas palavras, você fez a diferença na trajetória.

Ao Rafael, que por inúmeras noites ficou ao meu lado enquanto eu estudava, me buscou e levou nas aulas e nos eventos do curso. Ele que tanto me ajudou com as benditas planilhas e o levantamento de dados nos portais, sua colaboração foi fundamental, obrigada!

Gostaria de agradecer ainda as minhas chefes, Raquel e Francine, que prontamente me ouviram em êxtase ao falar da tal pesquisa de custo-aluno e me apoiaram nos dias difíceis, que sempre se dispuseram a me ajudar com o que fosse

necessário e faziam questão de me lembrar diariamente que o TCC era apenas mais uma fase e que chegaria ao fim.

Agradeço a UFPR, por ter me presenteado com tanta gente boa! Seria injusto colocar aqui o nome de cada uma das amizades que fiz no decorrer de todos estes anos, pois correria o risco de esquecer de alguém. Mas a vocês que cruzaram o meu caminho, a minha gratidão, por tornar os dias mais leves e por sermos apoio uns dos outros ao fim das noites difíceis, vocês foram cruciais na minha jornada!

Não posso deixar de lembrar aqui, aquelas que já se foram, Karinna, amiga querida, companheira de R.U., obrigada por ter cruzado meu caminho. À minha avó, Cecilia, mulher forte e guerreira, que partiu repentinamente e sem muitas explicações, vizinha, obrigada por todo zelo e amor que me deu, essa conquista é nossa!!!

Gostaria de agradecer ainda, a minha orientadora, Gabriela Schneider, que desde o momento quando lhe apresentei a ideia de temática, abraçou-a e me guiou para que ela se tornasse possível, obrigada por toda dedicação e paciência profº Gabi, sem seu amparo, esse trabalho não poderia ser realizado.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Deus, por ter sido meu sustento nos momentos em que me vi sozinha e me senti incapaz, por tudo que me proporcionou, por sempre me acolher e me presentear com um lindo novo dia após as noites turbulentas. Obrigada, Jesus, por ter me mantido firme no meu propósito.

“Não importa o que aconteça, continue a nadar.”
(WALTERS, G.; PROCURANDO NEMO, 2003.)

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema que diz respeito ao custo-aluno na Educação Infantil, mais especificamente o custo-aluno de creche no município de Campo Magro. Para realiza-lo foi preciso fazer uma pesquisa de campo onde foi necessário efetuar o levantamento de dados no Portal da Transparência do município em conjunto com informações obtidas através Secretaria de Educação municipal, portanto sua metodologia é considerada exploratória e qualitativa. Para embasar a discussão acerca do custo-aluno, realizou-se então uma discussão em respeito ao direito à Educação, e em diálogo com outros pesquisadores desta mesma temática, foi estabelecida a intenção de fundamentar e tornar evidente o quão importante é saber o custo-aluno real para que a oferta da Educação seja efetiva e igualitária. O custo-aluno obtido através deste levantamento de dados, evidenciou que realmente há uma pequena diferença na receita de cada uma das quatro instituições analisadas e indicou a necessidade de discutir parâmetros de oferta para a educação.

Palavras-chave: Política Educacional. Custo-aluno. Educação Infantil.

ABSTRACT

This work addresses the issue that concerns the student cost in Early Childhood Education, more specifically the student cost of daycare in the municipality of Campo Magro. To carry it out, it was necessary to carry out field research where it was necessary to collect data on the municipality's Transparency Portal in conjunction with information obtained through the municipal Education Department, therefore its methodology is considered exploratory and qualitative. To support the discussion about the student cost, a discussion was then held regarding the right to Education, and in dialogue with other researchers on the same topic, the intention was established to substantiate and make clear how important it is to know the student cost. real student so that the provision of Education is effective and equitable. The cost per student obtained through this data collection showed that there really is a small difference in the revenue of each of the four institutions analyzed and indicated the need to discuss parameters of education provision.

Keywords: Educational Policy. Student cost. Child education

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CAQ	- Custo Aluno Qualidade.
CAQI	- Custo Aluno Qualidade Inicial.
CF	- Constituição Federal
CMEI	- Centro Municipal de Educação Infantil
EI	- Educação Infantil
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
FUNDEF	- Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e valorização dos Profissionais do Magistério.
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases.
MDE	– Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.
RMC	– Região Metropolitana de Curitiba
SEMEC	- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: PENSANDO OS CUSTOS REAIS 21	
2.1 CUSTO-ALUNO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS: SITUANDO O DEBATE	23
2.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO CUSTO-ALUNO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA	27
3. QUANTO CUSTA A EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO MAGRO: ANÁLISE DOS CUSTOS REAIS	31
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	32
3 CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, é considerada momento primordial na vida das crianças, pois possui inegáveis benefícios tais como o desenvolvimento da autonomia, aprimoração da concentração, sociabilidade, entre tantos outros. É durante a educação infantil que se dá o início do processo da construção social, onde a criança é a protagonista da própria história e se vê como pertencente ao meio em que vive e estabelece relações importantes que a influenciarão no decorrer de sua vida enquanto cidadão ativo na sociedade. (SARMENTO; PINTO,1997).

Considerando a importância desse momento para o desenvolvimento humano, a educação assume um papel essencial, sendo à Educação Infantil sua expressão máxima, sendo a defesa do cuidar e educar o pilar dessa etapa da educação básica. Apesar de sua importância o direito à Educação Infantil ainda é algo muito recente na legislação brasileira, uma vez que o direito à educação aos pequenos foi consolidado, em termos legislativos, através da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988), quando passa a ser reconhecida como parte do direito à educação, garantido a crianças de zero a cinco anos¹ o atendimento em creches e pré-escolas.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) e posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) vão impor uma configuração para à educação infantil, como primeira etapa da educação básica e de responsabilidade dos municípios, porém apesar das garantias legais, sua efetivação é um processo tensionado pelas disputas e lutas em torno da sua implementação.

Segundo a Constituição Federal (BRASIL,1988), os municípios devem assegurar a oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental, o que implica em um grande desafio, pois os impostos arrecadados pelos municípios² e mesmos os recursos disponíveis após transferências constitucionais nem sempre são suficientes para garantia de uma educação com padrão mínimo de qualidade, conforme previsto

¹ A Lei nº 11.274 de 2006 ampliou o Ensino Fundamental para nove anos, alterando, portanto, o atendimento da Educação Infantil, que era até os seis anos para cinco anos.

² Impostos arrecadados pelo município: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos (ITBI) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou ISSQN).

na própria Constituição. Sabe-se que a ideia de padrão mínimo, definida na LDB, é um conceito em disputa, mas entende-se que diversos parâmetros como formação, salário docente, número de dias letivos e carga horária já estão definidos em legislações nacionais e precisam ser garantidos.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) traz como meta “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE”. A realidade educacional, porém, sinaliza que ainda não se universalizou a pré-escola e o atendimento da creche ainda é baixo. A taxa de atendimento da creche, em 2019, foi de 37,0% (INEP, 2023) sendo esse percentual bastante desigual entre os diversos entes federativos.

Além de prever ampliação de vagas, que implicaria no aumento de recursos públicos, o PNE traz um conjunto de estratégias que visam a redução das desigualdades, garantia de padrões de qualidade e ampliação da formação dos profissionais docentes. Tais estratégias representam ainda desafios no campo da educação, especialmente em municípios com baixa capacidade arrecadatória e que são os responsáveis pela oferta dessa etapa da educação, ainda que de forma colaborativa com Estados e Governo Federal. Diversos municípios apresentam fragilidades em termos de recursos financeiros e mesmo técnicos para efetivar o direito à educação que implica inclusive na garantia de um conjunto mínimo de insumos indispensáveis ao processo de ensino aprendizagem.

Alves e Pinto (2020) em uma análise do financiamento da educação por parte dos municípios sinalizam a necessidade de aumentar o investimento público, além das desigualdades entre os entes, evidenciando em seu estudo:

(...) o baixo valor e a grande desigualdade do investimento público por aluno nas redes municipais brasileiras. Metade dos municípios apresentam valores de gasto por aluno de até R\$ 534,00 por mês e um quarto deles contam com apenas R\$ 266,00 por mês.” (ALVES; PINTO, 2020, p.4).

As dificuldades orçamentárias complexificam tanto a expansão da oferta da educação infantil como a garantia de um conjunto de parâmetros mínimos de qualidade, especialmente porque para atender a este padrão de qualidade implica um custo maior nessa etapa, tendo em vista que a menor relação de docente por matrícula se dá nessa fase, por isso, os mesmos autores afirmam que:

Um dado importante a se comentar nesse processo de expansão da rede municipal é que os custos por aluno da educação infantil, em especial das creches, são muito superiores àqueles praticados no ensino fundamental e médio, o que implica em maior pressão financeira sobre os municípios. (ALVES; PINTO, 2020, p. 19).

Considerando todos estes aspectos, ainda é possível observar a existência de uma imensa lacuna entre o que é assegurado por lei e o que realmente é ofertado, como discorreram Silva e Strang (2020), o ordenamento jurídico brasileiro deveria ser suficiente para viabilizar a educação a todas as crianças, porém o percurso entre o que está prescrito em lei até o momento de concretização da oferta, não possui a garantia de efetividade, justamente devido aos desafios encontrados no percurso.

Uma das dificuldades no campo do financiamento relaciona-se a discussão de quanto custa um estudante, e se os recursos disponíveis são suficientes para essa garantia. Na lógica do financiamento atual, segundo Alves, et. al (2019) o financiamento se dá a partir do montante de recursos existentes e não do que efetivamente seria necessário para garantir uma educação com base em um conjunto de parâmetros. Parece necessário, cada vez mais compreender como se dá a oferta e qual é o esforço financeiro dispendido para tal oferta, com vistas a planejar o investimento, a redistribuição de recursos e mesmo a melhoria das condições de oferta. Farenzena (2003) afirma que:

(...) estimativas atualizadas de custo são necessárias para atender as exigências de mecanismos de alocação e de redistribuição de recursos, como o Fundef³. O custo-aluno é hoje uma categoria importante para definir a necessidade de recursos educacionais, sua redistribuição e o desenho de políticas que procurem dotar as escolas dos insumos tidos como indispensáveis ao processo educacional (p. 13).

Nesse sentido, ao estudar o custo-aluno é possível estimar os valores investidos na oferta e problematizar o investimento necessário para garantia da qualidade educacional. Pautando a oferta na estimativa do que seria considerado o custo real, estipulando o quanto seria necessário para a efetivação deste direito, não

³ O Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, em setembro de 1996. Implantado nacionalmente em 1998, mudou a estrutura do financiamento da Educação. Em 2007 o Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) com vigência até 2020, que abrange todas as etapas da Educação Básica, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Em 2020 a política de fundos se tornou permanente por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020.

seria viável a utilização da política da oferta do financiamento da educação baseado no orçamento que o município possui.

Destacando sempre a importância de que ao assegurar o direito do acesso à educação gratuita e de qualidade, garante-se o desenvolvimento pleno da criança enquanto ser ativo no meio em que vive, influenciando posteriormente em todas as outras áreas de sua vida e da sociedade a qual pertence.

Considerando as questões acima, o objetivo do presente trabalho pode ser definido através do questionamento: Qual é o custo-aluno das instituições públicas municipais que atendem crianças de 0 a 3 anos no município de Campo Magro? Tendo como objetivo geral: Analisar o custo-aluno de quatro instituições públicas municipais de creche no município de Campo Magro. Sendo os objetivos específicos: levantar itens de custo em cada uma das instituições analisadas e dentro das próprias instituições, assim como discutir as diferenças nos custos entre estas instituições.

O presente estudo pode ser entendido como uma análise exploratória de cunho qualitativo que pode ser considerada como um estudo de caso, haja vista que analisa com profundidade uma determinada característica da realidade, no caso desse trabalho, de instituições de educação infantil que atendem crianças de 0 a 3 anos.

O município de Campo Magro foi escolhido por uma razão pessoal. Eu, não apenas cresci no município, mas também recebi boa parte de minha formação escolar em escolas da cidade. Observei durante a minha trajetória escolar e ainda mais durante a graduação, as diferentes faces da educação em cada uma das escolas dos distintos bairros que compõem Campo Magro, cada uma com suas realidades e peculiaridades.

Tais diferenças têm uma relação direta com o financiamento da educação, por isso o interesse em estudar o custo por aluno, em conjunto com uma outra paixão: a Educação Infantil.

Para atender o objetivo aqui proposto o presente trabalho está organizado em dois capítulos, além de introdução e considerações finais. O primeiro capítulo faz uma discussão sobre o financiamento da educação, onde é destacada a importância dos custos reais da educação em diálogo com demais pesquisadores da temática. No segundo capítulo se faz uma contextualização do município de Campo Magro e uma descrição das quatro instituições de ensino alvo da pesquisa e apresenta-se a metodologia da pesquisa com o detalhamento das fontes utilizadas, das escolhas

metodológicas, o capítulo também apresenta e discute os valores levantados na pesquisa, ressaltando a importância destes em diálogo com outras pesquisas da área. Por fim apresenta-se considerações finais da autora.

2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: PENSANDO OS CUSTOS REAIS

A Educação é um direito fundamental e coletivo, pois é por meio dela que o indivíduo desenvolve sua autonomia e aprimora suas habilidades sociais ao interagir com os outros. A exposição diária a estímulos contribui para o aprimoramento da cognição e da percepção de si mesmo e do próximo, como apontado por Sarmiento e Pinto (1997). A infância é crucial para a construção social do indivíduo.

O acesso à Educação, assegurado pela Constituição Federal, é um direito de todos e um dever do Estado, da família e da sociedade (BRASIL, 1988). Contudo, inúmeros desafios persistem para garantir a efetividade desse direito em todo o território nacional, considerando as diversas realidades e peculiaridades do país multicultural.

Na Educação Infantil, embora a fase da creche (zero a três anos) não seja obrigatória, sua oferta deve ser igualitária para todos os brasileiros. No entanto, a política de financiamento vigente ainda não consegue garantir recursos suficientes e equitativos para todos os estudantes (ALVES; PINTO, 2020). Especialmente no caso da creche, não é apenas o debate da garantia de qualidade das condições de oferta para quem já está nas instituições, pois há um problema que se soma a esse que é da falta de vagas, nesse sentido, Taporosky afirma que:

(...) o acesso a todas as crianças cujas famílias manifestem interesse, na creche, e a todas as crianças de quatro e cinco anos, na pré-escola, o acesso deve ser considerado como parte do conteúdo da qualidade da Educação Infantil” (TAPOROSKY, 2017, p.80).

O direito à educação se efetiva a partir de um conjunto de princípios estabelecidos pela Constituição Federal, reafirmados e ampliados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que estabeleceu princípios importantes em termos educacionais. Dentre esses princípios se encontra a igualdade de acesso e permanência, valorização dos profissionais da educação, garantia de padrões mínimos de qualidade, esses definidos como

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a

provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; [\(Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022\)](#) (BRASIL, 1996).

Segundo Bauer, et al (2021), a ideia de padrão mínimo aparece na LDB vinculado a ideia de um custo aluno, o que foi reforçado na Constituição a partir da Emenda Constitucional nº 108/2020 que estabelece como uma das funções da União a garantia de “equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino”. O padrão mínimo de qualidade deverá considerar as “condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade”.

A ideia de Custo Aluno Qualidade (CAQ) e mesmo Custo Aluno Qualidade Inicial presente no Plano Nacional de Educação pressupõe a garantia de insumos para a oferta educacional:

(...) O CAQi é o padrão mínimo de qualidade, por isso ele recebe o “i” de inicial. Já o CAQ avança em relação ao padrão mínimo, pois considera o caráter dinâmico do conceito de custo por aluno e também a capacidade econômica do Brasil, posicionado como 6ª economia do mundo. Assim, o CAQ é o padrão de qualidade que se aproxima dos custos dos países mais desenvolvidos em termos educacionais. Ele deve ser estabelecido no prazo de três anos, porém sua implementação pode ocorrer até 2024. (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2023, n.p.)

O CAQi e o CAQ apresentam-se como conceitos centrais ao debate da oferta da educação que garanta não apenas um recurso por estudante, mas principalmente que esse recurso seja capaz de garantir condições mais igualitárias, promovendo a garantia de uma que assegure uma maior igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

A lógica do Custo Aluno, que se baseia na ideia de um custo padrão, ou seja, estimado a partir de um conjunto de insumos, visa alterar a política de financiamento praticada que se estabelecesse a partir do montante de recursos disponíveis, ainda que redistribuídos no contexto das políticas de fundo em vigor no país. Porém, apesar das tentativas de maior equalização ainda é perceptível diferenças significativas em torno dos recursos disponíveis, mas também em torno das condições oferecidas aos estudantes brasileiros. Os desafios ainda permanecem, pois:

Mesmo com o mecanismo de redistribuição de parte dos recursos vinculados à educação no interior dos estados, estabelecido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), os dados analisados pelos autores (PINTO, 2012; ALVES; PINTO, 2020) revelam a desigualdade de condições dos municípios para financiar o direito à educação. Os municípios que estão nas regiões

mais ricas do país e, dentro dessas, os mais populosos, tendem a apresentar uma receita própria de impostos mais elevada. Como esses tributos não compõem o Funbeb – o que seria o correto do ponto de vista da justiça fiscal –, acabam tendo mais recursos adicionais, melhorando assim a sua capacidade de financiamento da educação (PINTO, 2012). (BRUNO; SILVEIRA, 2023, p. 4)

A necessidade de pensar o quanto seria necessário precisa ser analisada também a partir da discussão do quanto já se investe. Nesse contexto, surge a importância de discutir os custos reais, que ao contrário do custo padrão, visa analisar o quanto efetivamente foi gasto.

Refletir sobre os custos reais da educação é uma demanda crucial no cenário atual, especialmente enquanto o país busca reestruturação e retomada dos investimentos a partir da reeleição do presidente Lula (2023). Este contexto se torna ainda mais significativo após anos de defasagem nos âmbitos de ensino durante o mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Compreender e enfrentar os desafios financeiros é, portanto, fundamental para assegurar uma educação de qualidade e equitativa em todo o Brasil.

O enfoque na necessidade de enfrentar desafios financeiros não apenas ressalta a importância de alocar recursos de maneira eficiente, mas também destaca a relevância de políticas educacionais que abordem as disparidades existentes. O compromisso com a qualidade e a equidade educacional é um componente essencial para garantir um sistema educacional robusto e inclusivo.

2.1 Custo-aluno nas pesquisas acadêmicas: situando o debate

Ao abordar o termo "custo", é essencial delinear seu significado no contexto específico deste trabalho, onde será diretamente relacionado à educação. Embora a discussão sobre custo seja ampla e originária do campo da economia, neste contexto, enfocaremos sua aplicação na esfera educacional. De maneira geral, o custo pode ser definido como a medida monetária dos sacrifícios empenhados para a obtenção de bens e serviços. No entanto, é crucial destacar a distinção entre os termos "custo" e "gasto" uma vez que essa diferenciação é fundamental para uma compreensão mais precisa. Segundo Alves (2012)

De forma geral, a palavra *custo* está relacionada à ideia de sacrifício(s) para obtenção de benefício(s). Assim, pode associá-la a uma função produção em que se alocam fatores de produção ou *inputs* (dinheiro, tempo das pessoas,

equipamentos, prédios, etc.) para serem transformados em produtos, serviços, benefícios ou resultados desejados (*outputs*). (p. 90, grifos no original).

Já gasto tem relação com compra de um produto ou serviço que gera sacrifício financeiro, geralmente envolve entrega de ativos (normalmente dinheiro). Uma das principais diferenças é que custos devem ser aplicados apenas a gastos que tem um determinado fim. Nesse trabalho, é possível falar de custo tendo em vista que a finalidade do gasto se refere a garantia do direito à educação infantil, especificamente de creche.

Ferraz (2020), baseada nas contribuições de Silva (2007), define que custo não é apenas uma métrica monetária, mas uma representação do sacrifício de recursos destinados à obtenção de bens e serviços.

A ênfase na necessidade de um sistema de custos eficiente na administração pública destaca a importância de uma gestão financeira precisa e transparente. Esse sistema deve ir além de meras transações monetárias, buscando representar de maneira acurada os processos físico-operacionais que ocorrem nas diversas unidades educacionais. Isso implica em capturar não apenas os valores financeiros associados, mas também os aspectos práticos e operacionais que compõem a oferta educacional.

No âmbito educacional, a compreensão e aplicação correta do conceito de custo se faz essencialmente fundamental, pois isso não torna apenas a alocação efetiva e eficiente dos recursos, mas contribui diretamente para que o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem seja efetivo. Um entendimento preciso dos custos envolvidos na prestação de serviços voltados à Educação, possibilita que gestores e responsáveis pela tomada de decisões otimizem recursos, identificando as áreas de melhoria e promovendo a efetividade no direito a educação de qualidade.

Portanto, a definição apresentada propõe a necessidade de ir além de uma simples contabilidade dos gastos, englobando uma compreensão mais profunda dos elementos que compõem a educação. Em última análise, a aplicação efetiva desse conceito contribui não apenas para uma gestão financeira sólida e eficaz, mas também para aprimorar a qualidade e eficiência processo educativo enquanto sistema educacional como um todo.

Para compreender o que já foi pesquisado e publicado sobre o custo-aluno no âmbito foi realizado um levantamento entre Periódicos da Capes, Portal de Periódicos

e Acervo UFPR. O levantamento utilizou como descritores “Custo Aluno”, sendo selecionado alguns estudos para compor o quadro abaixo:

QUADRO 1 – LEVANTAMENTO DE CUSTOS EDUCACIONAIS – PADRÃO E REAL - POR AUTOR, LOCALIDADE E ITENS DE CUSTO ANALISADO

Autor	Itens de custo	Localidade	Etapas/ Modalidade	Resumo
Jokasta Pires Vieira Ferraz	Gastos com água, energia, transporte, salários, outros	Curitiba (Escolas Municipais)	Ensino Fundamental	Investiga se o custo por aluno revela condições de financiamento desiguais nas escolas municipais de Curitiba, analisando dados desagregados por escola e diferentes componentes de gastos. Identifica desigualdades e diferenças, discutindo-as com base em conceitos de diversos autores. Aborda políticas municipais e destaca o adicional Dificil Provimento como relevante no custo-aluno.
Luiz Araújo	Recursos do Fundeb	Brasil (Capitais)	Educação Básica	Aborda a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Sistematiza uma simulação do impacto financeiro da implantação do CAQi, destacando a necessidade de mudanças na lógica redistributiva do Fundeb e maior alocação de recursos da União. Analisa as receitas de impostos municipais nas capitais e destaca desafios para a execução do PNE.
Vitor Henrique Paro	Custos diretos, custo-aluno/ano	São Paulo	Ensino Médio	Pesquisa realizada com amostra de 66 escolas públicas no estado de São Paulo, com o objetivo de obter o custo-aluno/ano, propondo então a análise de gastos com despesas de capital, pessoal, correntes, material de consumo e despesas sociais.
Jaqueline Aparecida Cardoso	Custo-aluno real I Folha de pagamento e dados do Censo Escolar 2013.	Municípios de Curitiba	Educação Básica	Analisa o custo-aluno real em 379 escolas de Curitiba, seu objeto de pesquisa são as folhas de pagamento em conjunto com dados obtidos através do Censo Escolar de 2013; analisa o custo-aluno por arranjo de etapas e por etapas. O resultado da pesquisa evidencia que há uma grande diferença no valor do custo-aluno entre as escolas, as quais são influenciadas devido as modalidades atendidas.

Alberto Merchede	Custo direto Custo indireto	Distrito-Federal	Educação Infantil	Analisa duas instituições de ensino de educação infantil, uma delas mantida parcialmente pelo poder público e comunidade e a outra privada (comunitária). Apresenta panorama de custo-aluno mês e custo-aluno ano. Conclui que é possível juntar eficiência e qualidade para que os objetivos educacionais sejam atingidos.
Ademar Amorim Junior	Calculado a partir dos recursos disponíveis	Goiás	Educação Básica	Reflete sobre as ações entre o investimento financeiro e a qualidade educacional no estado de Goiás. Criou a ferramenta CAEFp (Custo Aluno Praticado no Ensino Fundamental) para que fosse possível obter melhor compreensão de dados. Afirma que não necessariamente quem mais investe em educação estabelece uma relação direta com a qualidade educacional.
Luis Carlos Sales e Antonio Melo de Sousa	Custo direto	Teresina	Educação Infantil	Contextualiza a política educacional brasileira dando ênfase as políticas de fundo (Fundef/Fundeb). Calcula o custo-aluno ano, dividido em seis categorias relacionadas aos custos diretos. Constata que o Custo da Ed. Infantil em Teresina foi superior ao valor do Fundeb e abaixo do valor projetado para o CAQi, além disso perceberam que as receitas do município não eram suficientes para atender a tal demanda com a qualidade necessária.

Fonte: quadro elaborado pela autora, com base no levantamento bibliográfico realizado entre Periódicos da Capes, Portal de Periódicos e Acervo UFPR.

Como se percebe nos trabalhos acima, uma parcela dos estudos de custo dedica-se a analisar os recursos disponíveis (Amorim Júnior, 2018 e Araújo, 2021) e outros vão procurar analisar nas escolas o quanto efetivamente é gasto em educação. As análises sinalizam que o maior dispêndio se dá com pessoal, que engloba em torno de 75% das despesas com educação.

Merchede (1998) destaca que, ao considerar o custo sob uma perspectiva econômica, ele pode ser mensurado por meio de seu valor monetário, ou seja, pelo seu preço. Essa visão ressalta a relação intrínseca entre o custo e seu aspecto econômico, proporcionando uma compreensão mais abrangente dessa métrica.

No que diz respeito à composição do custo na área educacional, Teixeira (2009) identifica diversas vertentes. São elas: 1) vencimentos, abrangendo salários e

despesas com o corpo docente; 2) despesas de administração, incluindo supervisão e serviços administrativos; 3) biblioteca e material de ensino; 4) serviços de assistência, alimentação e saúde do aluno; e 5) equipamento do prédio escolar. Essa abordagem oferece uma estrutura clara para compreender as diferentes dimensões que contribuem para o custo educacional.

No contexto da Educação, um referencial indispensável durante a discussão de custos é o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Composto por 27 fundos, seus recursos derivam de impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e municípios. O FUNDEB objetiva promover a redistribuição dos recursos vinculados à Educação, a qual é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base nos dados do Censo Escolar do ano anterior. Recentemente, foi instituído como um instrumento permanente de financiamento da Educação por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27/08/2020, e regulamentado pela Lei 14.113, de 25/12/2020. O CAQi - Custo Aluno Qualidade Inicial, proposto por Carreira e Pinto (2007), parte do princípio de que a qualidade do processo ensino-aprendizagem está intrinsecamente relacionada à qualidade dos insumos disponíveis. Essa abordagem revela a necessidade imediata de investimentos adequados para garantir a eficácia do ensino.

2.2 Desafios na implementação do custo-aluno nas políticas educacionais: uma análise crítica

A implementação do Custo-Aluno nas políticas educacionais enfrenta desafios consideráveis que impactam diretamente na eficácia do financiamento da Educação Infantil. Dentre esses desafios, destaca-se a complexidade na definição e mensuração dos insumos necessários para proporcionar uma educação de qualidade. A heterogeneidade de realidades regionais e a diversidade de necessidades das instituições educacionais tornam a padronização do Custo-Aluno um desafio logístico e conceitual.

Amorim Júnior (2018), em sua dissertação, realiza um estudo sobre o custo-aluno em municípios de Goiás, oferecendo uma análise detalhada das dificuldades encontradas na aplicação desse modelo. O autor destaca as complexidades logísticas

e conceituais que permeiam a definição e mensuração dos insumos, bem como as divergências entre as realidades regionais.

A pesquisa de Alves, Silveira e Bruno (2020), focada na Região Metropolitana de Curitiba, acrescentam insights valiosos sobre os desafios específicos enfrentados pelos municípios no financiamento da expansão da Educação Infantil em condições de qualidade. O estudo destaca como a aplicação do Custo-Aluno se depara com desafios práticos e estruturais, incluindo a necessidade de adequação às demandas específicas dessa etapa educacional.

Outra contribuição relevante é a análise de Araújo (2019) sobre o impacto financeiro da implantação do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) no Brasil. O autor examina como a introdução desse modelo influencia o cenário financeiro da Educação, identificando desafios que podem surgir na transição para um sistema de custeio que busca garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Ademais, a dissertação de Bruno (2020) aborda o desafio de ampliar o acesso à Educação Infantil garantindo condições de qualidade. O estudo examina a capacidade financeira dos municípios, destacando obstáculos enfrentados na busca por um equilíbrio entre a expansão do acesso e a manutenção de padrões educacionais elevados.

Ao explorar alternativas de financiamento para além do Custo-Aluno, diversos estudos oferecem perspectivas valiosas sobre estratégias e abordagens inovadoras para fortalecer o financiamento da Educação. Destacam-se algumas contribuições relevantes nesse contexto.

Bassi (2011) conduziu uma pesquisa significativa sobre o financiamento da Educação Infantil em seis capitais brasileiras. Seu estudo proporciona uma análise detalhada de modelos e fontes de financiamento, destacando a importância da diversificação dessas fontes para garantir a sustentabilidade financeira das instituições voltadas para a Educação Infantil. A pesquisa destaca que a Educação Infantil muitas vezes enfrenta desafios específicos em relação ao financiamento, devido à complexidade de suas demandas pedagógicas e à necessidade de uma infraestrutura adequada para atender às necessidades das crianças em seus primeiros anos de vida.

Ao examinar diferentes modelos de financiamento, Bassi (2011) aborda a diversificação de fontes como uma estratégia-chave para aumentar a estabilidade financeira das instituições de Educação Infantil. Isso pode envolver a busca de

parcerias com setores privados, a captação de recursos por meio de iniciativas locais e a exploração de alternativas de financiamento que vão além das tradicionais fontes governamentais.

A pesquisa ressalta a importância de um olhar minucioso sobre a perspectiva do financiamento, considerando não apenas os montantes financeiros disponíveis, mas também a origem e a natureza desses recursos. Além disso, enfatiza a necessidade de políticas públicas que promovam a diversificação de fontes de financiamento, reconhecendo as especificidades da Educação Infantil e garantindo a continuidade e qualidade desses serviços essenciais.

A pesquisa conduzida por Diniz Júnior e Santos (2022) oferece uma análise comparativa das fontes, volumes e natureza dos recursos destinados ao financiamento da Educação Básica nos países membros do Mercosul. Este estudo é fundamental para compreender as diferentes abordagens de financiamento adotadas por nações vizinhas e explorar modelos que possam inspirar políticas educacionais mais sustentáveis. Ao destacar a importância de compreender e diversificar as fontes de financiamento, os autores ressaltam a necessidade de adaptar esses modelos à realidade de cada país. A diversificação não apenas proporciona estabilidade financeira, mas também permite uma adequação mais precisa dos recursos às demandas específicas da educação em cada contexto nacional. Este enfoque comparativo contribui para o desenvolvimento de políticas mais informadas e adaptáveis às particularidades de cada sistema educacional.

O estudo de Sales e Sousa (2016) concentra-se no custo-aluno da Educação Infantil em Teresina, examinando a relação entre a realidade do Fundeb e o ideal representado pelo CAQi. A pesquisa proporciona uma análise crítica das alternativas e desafios enfrentados na busca por uma educação de qualidade, considerando diferentes abordagens de financiamento. Ao explorar a dinâmica entre o Fundeb e o CAQi, o estudo destaca a complexidade de equacionar recursos financeiros estáveis com a oferta de uma educação de qualidade na Educação Infantil.

O trabalho de Pinto e Correa (2020) se aprofunda na análise da política de fundos na Educação Infantil, especialmente após a aprovação do Fundeb. O artigo ressalta como essa política emerge como uma alternativa relevante para garantir recursos financeiros estáveis e adequados à oferta de uma Educação Infantil de qualidade. Ao examinar o papel do Fundeb na Educação Infantil, os autores destacam não apenas a importância do financiamento, mas também como essa política pode

contribuir para o fortalecimento da infraestrutura educacional. Essa abordagem oferece uma visão prática de como os fundos podem ser implementados de maneira eficaz para garantir não apenas a quantidade, mas também a qualidade da educação oferecida às crianças em idade pré-escolar.

Considerando as diversidades e a importância dos estudos de custo padrão (o qual é registrado no início do processo contábil e utilizado como uma ferramenta de preparação orçamentária) e de custo real (o qual diz respeito aos registros que são feitos ao decorrer do período contábil), tal trabalho busca apresentar o custo real das quatro instituições de educação infantil analisadas, levantando o gasto realizado em cada uma delas, propondo a análise do custo real nessas escolas, como será verificado no próximo capítulo.

3. QUANTO CUSTA A EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO MAGRO: ANÁLISE DOS CUSTOS REAIS

Situado da região noroeste da RMC, Campo Magro é um jovem e pequeno município o qual foi fundado em 11 de dezembro de 1995, atualmente com seus 27 anos de existência; Conta com uma diversidade cultural muito rica, possui influências diretamente polonesas enraizadas, sua população, segundo dados do IBGE 2022, era de 30.160 habitantes, em sua maioria moradores da parte urbana da cidade. É uma cidade que recentemente vem sendo abrigo de inúmeros refugiados vindos do continente Africano em busca de melhores condições de vida, este fato tem feito a população crescer significativamente nos últimos anos, exigindo ainda mais ofertas com condições de qualidade em creches e escolas campomagrenses.

Atualmente, conforme consta no site da prefeitura, o município conta com cinco estabelecimentos que atendem ao Ensino Médio, 15 estabelecimentos que atendem ao Ensino Fundamental e quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

Bruno (2020, p. 103) afirma que “Campo Magro é o município que apresenta a menor receita corrente (72.468.934), um valor que é cem vezes menor do que o montante apresentado por Curitiba, o município com a maior receita líquida.”

Segundo dados do IBGE, em 2021, no ano de 2010 o município possuía uma taxa de escolarização de 96,1% dos 6 aos 14 anos de idade. Além disso, ainda segundo fontes do IBGE 2021, município possuía 3.540 matrículas no ensino fundamental, enquanto no ensino médio, o número de matrículas se reduz drasticamente para 811, apenas. Tal redução pode ter ligação direta a dois fatores que ocorrem frequentemente:

I - Evasão escolar por necessidade de trabalho;

II -transferência para colégios de cidades vizinhas em busca de melhores condições de ensino.

O foco desta pesquisa são os CMEIS pois desde o início a ideia era analisar os custos da educação infantil, além disso, neles são ofertadas vagas para crianças a partir dos seis meses aos quatro anos de idade, abertas para toda a comunidade, conforme demanda e disponibilidade de vagas segundo a lista de espera. Entender a oferta do município em relação a esta demanda se fez necessário para sanar a curiosidade correlacionada aos aspectos da política do financiamento da educação.

2.3 Caracterização dos Centros Municipais de Educação Infantil

Os Centros Municipais de Ed. Infantil, oferecem vagas para crianças de seis meses até os quatro anos de idade, e durante a permanência dos mesmos no ambiente educacional, os alunos recebem o total de quatro refeições. O Horário de atendimento dos CMEIS é das 07h00 até às 18h00. Não há transporte disponível gratuitamente aos alunos, apenas particular, cabendo esta responsabilidade aos pais.

As instituições de ensino contam com profissionais docentes concursadas, em sua maioria com padrão 40 horas semanais, o que significa que as mesmas possuem uma jornada de 55 horas semanais, ainda conta com profissionais estagiárias para o auxílio em sala de aula, as quais possuem cargas horárias distintas. Cada instituição conta ainda com uma diretora e uma coordenadora pedagógica.

Além das profissionais de educação, as instituições ainda contam com profissionais de cozinha e serviços gerais concursados e terceirizados, conforme a necessidade de cada uma.

Para consecução do objetivo de análise de custo-aluno das instituições de educação infantil, referente ao ano de 2019, foi proposto um estudo de caso em quatro instituições educacionais do município de Campo Magro.

Como o objetivo era levantar os custos reais das instituições, após a leitura e análise de outros trabalhos, optou-se por focar apenas nos custos internos (diretos) da escola, ou seja, não será calculado os custos da administração. Tal escolha também decorre do fato de não se estar analisando uma rede e sim unidades educacionais dentro de uma rede e os custos administrativos (secretaria de educação) precisam ser pensados e rateados à luz do conjunto das instituições do município.

Além disso, optou-se por não incorporar os custos de construção porque eles não são custos fixos e existe uma complexidade no seu cálculo, especialmente quando se está analisando o custo de um ano específico. Ainda que foi acrescentado na análise os recursos enviados pelo Fundo Rotativo para capital e custeio, porque a Secretaria informa que esse valor é enviado mensalmente para pequenos reparos e compra de alguns materiais. O ano de 2019 foi escolhido porque a pesquisa iniciou em final de 2022 e a secretaria ainda não tinha dados para fornecer sobre esse ano e os dois anos anteriores haviam sido de pandemia e, portanto, não representariam boas estimativas de custo. O detalhamento das informações levantadas e das fontes é apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2 – DETALHAMENTO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS NA PESQUISA

Dado/Informação	Referência (ano/mês)	Fonte
Quantidade de matrículas	Outubro/2019	SMEC ¹
Quantidade de turnos	Outubro/2019	SMEC
Quantidade de docentes	Outubro/2019	SMEC
Quadro de funcionários efetivos	Outubro/2019	SMEC
Formação docente	Março/2019	LDE (UFG; UFPR)
Quadro de funcionários terceirizados	Outubro/2019	SMEC
Quadro e remuneração dos estagiários	Outubro/2019	SMEC
Remuneração dos funcionários terceirizados	Outubro/2019	Cálculo baseado no salário-mínimo
Remuneração docente e funcionário	Outubro/2019	Portal da transparência
Conta de luz	Outubro/2019	SMEC
Conta de telefone	Outubro/2019	SMEC
Conta de internet	Outubro/2019	SMEC
Conta de água	Outubro/2019	SMEC
Fundo rotativo	Outubro/2019	SMEC

¹ SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

FONTE: Elaborado pela autora, 2019.

Para conseguir as informações elencadas acima foram abertos dois protocolos junto à Secretaria Municipal De Educação do município. A solicitação de toda documentação teve início no mês de junho de 2022 e foi finalizada no final do mês de novembro do mesmo ano. Posteriormente surgiram necessidades de novas informações as quais foram atendidas através de contatos diretos com a secretária de educação. Cabe destacar que em relação a folha de pagamento a secretaria não repassou os dados e foi necessário realizar uma consulta ao Portal da Transparência. A consulta exigiu que se buscasse cada servidor de acordo com a lotação da escola. No caso do gasto com terceirizado, não foi possível encontrar o contrato de prestação de serviços, tampouco a secretária informou o valor gasto, portanto foi feita uma estimativa considerando o valor do salário-mínimo de 2019.

Após a compilação dos dados os mesmos foram organizados em tabelas separando por itens de custo. Em relação aos gastos com energia, água, luz, telefone, internet e alimentação, foram elaboradas tabelas com a identificação de cada um dos

quatro respectivos e bem como uma análise comparativa com percentual dos custos individuais.

O quarto passo se deu pela análise dos dados levantados a partir de todos os trâmites realizados até o momento, desenvolveu-se então, em conjunto ao levantamento de estudos posteriormente realizados. A análise teve como foco os custos diretos, não sendo analisados os custos com a secretaria de educação tampouco recursos de investimento e/ou implementação das escolas.

Serão analisados através desta pesquisa os componentes de custos de cada uma das instituições e suas variações referentes ao mês de outubro de 2019, mês escolhido por não possuir feriados e ser o mês com maior número de dias letivos. O trabalho de natureza exploratória e qualitativa, pode ser considerado como um estudo de caso, pois foi realizada uma pesquisa mais específica em quatro instituições educacionais municipais para que fossem obtidos os valores reais do custo - aluno na educação infantil em idade de creche no município de Campo Magro.

Para que seja de melhor compreensão, há uma breve contextualização de cada um dos CMEIS de Campo Magro analisados na pesquisa, os CMEIS são:

Centro Municipal de Ed. Infantil Ester Woller Borowski – denominado doravante de Ester

Centro Municipal de Ed. Infantil Julia Lugarini Menegusso denominado doravante de Julia

Centro Municipal de Ed. Infantil Eva Nalepa Iarek - denominado doravante de Eva

Centro Municipal de Ed. Infantil Deputado Aníbal Khury - denominado doravante de Aníbal

TABELA 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CMEIS DE CAMPO MAGRO, OUTUBRO DE 2019

	Aníbal	Ester	Eva	Julia
Matrícula	128	86	144	170
Turmas	6	4	7	9
Professoras	14	11	14	19
Diretoras	1	1	1	1
Funcionárias	6	5	5	5
Estagiários	8	5	6	18

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela SMEC, 2019.

A seguir, seguem as tabelas com a divisão de alunos por turma correspondente a cada instituição:

TABELA 2 – ALUNOS/TURMA, CMEI DEPUTADO ANUBAL KHURY

Turma	Nº de Alunos
Maternal I	21
Maternal I	17
Maternal I	20
Maternal II	23
Maternal II	22
Maternal III	25

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela SMEC, 2019.

TABELA 3 – ALUNOS/TURMA, CMEI ESTÉR W. BOROWSKI

Turma	Nº de alunos
Maternal I	20
Maternal II	22
Maternal II	22
Maternal III	22

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela SMEC, 2019.

TABELA 4 – ALUNO/TURMA, CMEI EVA NALEPA IAREK

Turma	Nº de alunos
Berçário	20
Maternal I	18
Maternal I	18
Maternal II	22
Maternal II	21
Maternal II	22
Maternal III	23

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela SMEC, 2019.

TABELA 5 – ALUNOS/TURMA, CMEI JULIA LUGARINI MENEGUSSO.

Turma	Nº de alunos
Berçário	18
Berçário	18
Maternal I	16
Maternal I	18
Maternal I	14
Maternal II	22
Maternal II	20
Maternal II	20
Maternal III	24

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela SMEC, 2019.

Abaixo, encontra-se uma tabela relacionada ao número de funcionárias terceirizadas e funcionárias concursadas de cada um dos CMEIs.

TABELA 6 PROFISSIONAIS CONCURSADAS E TERCEIRIZADAS.

	Aníbal	Ester	Eva	Julia
Concursadas	4	4	3	0
Terceirizadas	2	1	2	5

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela SMEC, 2019.

O Centro Municipal de Ed. Infantil Ester Woller Borowski, fica localizado no bairro Jardim Cecília. No mês de outubro de 2019, contava com 86 alunos matriculados, destes, apenas dois alunos da inclusão. Nessa escola foram alocadas 5 estagiárias, uma para cada turma de maternal e uma para os alunos de inclusão. O CMEI contava com uma turma de maternal I, duas turmas de maternal II e uma turma de maternal III. Os profissionais docentes somavam onze, quatro funcionários efetivos e apenas uma profissional terceirizada (serviços gerais).

Já o Centro Municipal de Ed. Infantil Julia Lugarini Menegusso, se localiza no bairro Jardim Boa Vista II, e contava com 170 alunos matriculados. Destes, seis alunos da inclusão; dividido em duas turmas de berçário, três turmas de maternal I, três turmas de maternal II e uma turma de maternal III. Contava com 19 profissionais docentes, 18 estagiárias, sendo a instituição com o maior número de estagiárias, cinco profissionais de serviços gerais efetivas, não tendo funcionárias terceirizadas.

O Centro Municipal de Ed. Infantil Eva Nalepa Iarek, localizado no bairro Jardim Água Boa, possuía 144 alunos matriculados, destes, apenas um aluno da inclusão; dividido em uma turma de berçário, duas turmas de maternal I, três turmas de maternal II e uma turma de maternal III. Contava com 14 profissionais docentes, seis estagiárias, três serviços gerais efetivas e duas profissionais terceirizadas (limpeza e cozinha).

Por fim, o Centro Municipal de Ed. Infantil Deputado Aníbal Khury, no bairro Jardim Boa Vista I, possuía 128 alunos matriculados, destes, apenas três alunos da inclusão; dividido em três turmas de maternal I, duas turmas de maternal II e uma turma de maternal III. Contava com 12 profissionais docentes, três estagiárias, quatro profissionais de serviços gerais efetivas e duas profissionais terceirizadas (limpeza e cozinha).

Abaixo, encontra-se a tabela de custos variáveis, bem como o percentual de cada um dos itens de custo como energia, água, luz, internet. Nesta tabela é possível identificar dentre os itens que o maior valor de gasto com variáveis é relacionado a energia, seguido pelo item de gasto relacionado a conta de água e esgoto, (neste item,

pode-se notar que no CMEI Eva Nalepa Iarek, se encontra a mínima de gasto extremamente baixa, com uma diferença discrepante do gasto das demais instituições em relação ao mesmo, tal informação foi obtida através de dados fornecidos pela Secretaria de Educação do município, se tornando então inviável a busca por uma justificativa para tal valor, acredita-se que pode ter ocorrido erro de digitação ao digitalizar os valores) e finalizando a tabela, encontra-se o menor custo dentre os itens que é justamente em relação a internet e telefone.

TABELA 7 – GASTOS COM DESPESAS VARIÁVEIS, VALOR INTEGRAL. CAMPO MAGRO, OUTUBRO DE 2019

		Energia elétrica	Água e esgoto	Telefone/Internet	Total
Aníbal	Valor	R\$ 624,55	R\$ 477,34	R\$ 319,32	R\$ 1.421,21
	%	43,9	33,6	22,5	100
Ester	Valor	R\$ 498,92	R\$ 406,22	R\$ 339,82	R\$ 1.244,96
	%	40,1	32,6	27,3	100
Eva	Valor	R\$ 560,40	R\$ 48,36	R\$ 259,75	R\$ 868,51
	%	64,5	5,6	29,9	100
Júlia	Valor	R\$ 1.363,59	R\$ 935,66	R\$ 218,22	R\$ 2.517,47
	%	54,2	37,2	8,7	100

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados obtidos através da Secretaria de Educação do município, 2019.

No caso das estagiárias, o que foi repassado de início, é que até então, eram disponibilizadas apenas uma estagiária por turma e uma estagiária por aluno da inclusão, porém ao elaborar a pesquisa e debruçando-se aos dados mais detalhadamente, descobriu-se que na realidade cada CMEI tem o número de estagiárias distintas, tanto em questões de quantidade, bem como a carga horária e remuneração das mesmas. Como não foi possível obter a informação correta da quantidade de colaboradoras foi elaborada uma estratégia de raciocínio para alocar cada uma das estagiárias a partir dos critérios definidos de turma e aluno de inclusão que foram colocados pela secretaria e assim buscar compreender como se dava a divisão das mesmas. A carga horária de jornada das estagiárias é variável entre quatro horas e seis horas, consequentemente o valor da bolsa auxílio paga também varia, sendo de R\$500,00 para quatro horas e R\$800,00 para seis horas. Abaixo encontra-se a tabela de custos em relação a este item:

TABELA 8 - LEVANTAMENTO DE CARGA HORÁRIA, BOLSA AUXÍLIO E NÚMERO DE ESTAGIÁRIAS POR CMEI, CAMPO MAGRO, OUTUBRO 2019.

Estagiárias	4h	B. Auxílio 4h	6h	B. Auxílio 6h	Total Gasto Bolsa Auxílio	Total de estagiárias
Aníbal	3	R\$500,00	5	R\$800,00	R\$ 5.500,00	8
Eva	5	R\$500,00	1	R\$800,00	R\$ 3.300,00	6
Júlia	8	R\$500,00	10	R\$800,00	R\$ 12.000,00	18
Ester	2	R\$500,00	3	R\$800,00	R\$ 3.400,00	5
Total	18		19		R\$ 24.200,00	37

Fonte: Elaborado pela autora segundo informações obtidas através da Secretaria de Educação municipal, 2019.

O valor total de gasto com esse serviço desembolsado pela prefeitura é de R\$33.200,00. Cabe discutir a questão da precarização de oferta da educação, especialmente quando se pensa que os alunos de inclusão são atendidos por profissionais em formação e com salários extremamente baixos. Nesse caso, é perceptível que o custo de manutenção de estagiárias é bem mais baixo do que seria o pagamento de profissionais, ainda que de nível médio, por isso, o debate do custo real precisa ser tensionado com o custo aluno qualidade, evitando precarização não só no atendimento como na valorização dos profissionais da educação.

Com relação a alimentação dos alunos a informação obtida foi de que são oferecidas quatro refeições individuais por dia, são elas: lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. O cardápio é elaborado por uma nutricionista mensalmente e está disponível no site da prefeitura.

O valor de cada refeição é pago parcialmente pelo município em conjunto com o Governo, através do Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE 2009), sendo que o valor diário para a alimentação repassado pelo Governo Federal é de R\$ 1,07 e o município declara investir o mesmo tanto do valor enviado pelo governo federal, totalizando R\$2,14. Para o cálculo do gasto com alimentação, multiplicou-se este valor de R\$2,14 pelo número de dias letivos do mês de outubro (23) e finalmente o resultado foi multiplicado pelo número de matrículas obtendo os valores da tabela 4:

TABELA 9 – GASTO MENSAL COM REFEIÇÕES POR INSTITUIÇÃO, CAMPO MAGRO, OUTUBRO DE 2019

CMEI	Recurso FNDE	Recurso município	Número de refeições	Gasto com refeição
Aníbal	R\$ 587,84	R\$ 587,84	512	R\$ 1.175,68
Eva	R\$ 616,32	R\$ 616,32	576	R\$ 1.232,64
Júlia	R\$ 727,50	R\$ 727,50	680	R\$ 1.455,00

Ester	R\$ 368,08	R\$ 368,08	344	R\$ 736,16
TOTAL	R\$ 2.299,74	R\$ 2.299,74	2112	R\$ 4.599,48

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora segundo informações obtidas através da Secretaria de Educação municipal, 2019.

Destaca-se que, o valor aproximado das refeições é de 0,56 centavos por refeição por criança, considerando a necessidade de pensar uma alimentação saudável, fica o questionamento do quanto esse valor garante a segurança alimentar prevista pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estudos mais específicos sobre a qualidade da alimentação precisam ser feitos.

Além dos gastos com alimentação se levantou o valor enviado pelo Fundo Rotativo⁴, sendo esse enviado diretamente para escola pelo município e pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁵. Esses valores são para custear despesas de capital e corrente e os valores são enviados para a escola e foi feita uma estimativa mensal dos dois programas.

TABELA 10 – RECURSOS DO PDDE E FUNDO ROTATIVO, CAMPO MAGRO, OUTUBRO DE 2019

CMEI		PDDE - Custeio	PDDE - Capital	Fundo rotativo	Total
Anibal	Valor	R\$ 146,67	R\$ 146,67	R\$ 256,00	R\$ 549,33
	%	26,7	26,7	46,6	100,0
Ester	Valor	R\$ 120,83	R\$ 120,83	R\$ 166,00	R\$ 407,66
	%	29,6	29,6	40,7	100,0
Eva	Valor	R\$ 165,83	R\$ 165,83	R\$ 286,00	R\$ 617,66
	%	26,8	26,8	46,3	100,0
Julia	Valor	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 294,00	R\$ 694,00
	%	28,8	28,8	42,4	100,0

⁴ O Fundo Rotativo é um instrumento de descentralização financeira, implantado pela Lei Estadual nº 17.072 de 23 de janeiro de 2012 e regulamentado pelo Decreto n.º 1358, de 14 de maio de 2015, e suas alterações, cujo objetivo é dinamizar o repasse de recursos para a execução das despesas necessárias à manutenção da infraestrutura e atividades desenvolvidas pelas UD's.

⁵ O PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para: o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento; a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social. (FNDE, 2023). Destaca-se que o valor do PDDE é anual e fez-se uma estimativa do total por mês, considerando que a lógica do trabalho foi pensar o gasto mensal.

É necessário esclarecer que os valores do PDDE e do Fundo Rotativo são calculados com base no número de alunos e, portanto, os valores por aluno são os mesmos, ainda que as escolas recebam montantes diferentes. A lógica do valor por aluno é interessante, contudo, dialoga pouco com as necessidades. Além disso, percebe-se que o valor enviado pelo município é muito semelhante ao disponibilizado pelo governo federal.

A seguir, encontra-se a tabela 5 com o percentual de gastos referentes com pessoal em cada uma das instituições, para realizar o cálculo e obter as informações presentes, primeiramente somou-se o valor gasto com o quadro pessoal de cada categoria (docentes, funcionários e estagiários) de maneira individual, e por CMEI. Ao obter tal valor, realizou-se então o cálculo do percentual dos gastos dos mesmos, de forma integral. Ressalva que a escolha do mês de outubro é justificada por ser o mês qual possuiu maior número de dias letivos, sem contar com nenhum feriado.

Após obtenção dos resultados, foi evidenciado que o maior custo está diretamente ligado ao pagamento do quadro de docentes de cada CMEI.

TABELA 11 – VALOR E PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL, CAMPO MAGRO, OUTUBRO DE 2019.

CMEI		Docentes	Funcionários	Estagiários	Total
Aníbal	Valor	R\$ 60.230,66	R\$ 13.001,12	R\$ 5.500,00	R\$ 78.731,78
	%	76,50	16,51	6,99	100,00
Ester	Valor	R\$ 52.851,92	R\$ 11.091,04	R\$ 3.400,00	R\$ 67.342,96
	%	78,5	16,5	5,0	100,0
Eva	Valor	R\$ 68.745,65	R\$ 9.389,75	R\$ 3.300,00	R\$ 81.435,40
	%	64,9	13,6	4,2	100,0
Julia	Valor	R\$ 82.258,64	R\$ 7.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 101.758,64
	%	80,8	7,4	11,8	100,0

FONTE: Elaborado pela autora com base nos cálculos realizados a partir dos dados obtidos na pesquisa, 2019.

Como é notável, na tabela 6 a maior parcela de gasto é de docente, sendo esse o maior custo, em termos comparativos, com os outros gastos, em todas as CMEIs o gasto com pessoal corresponde a mais de 90% de todas as despesas analisadas no trabalho. Chama atenção também que o salário dos docentes não varia significativamente, ou seja, não há muita diferença salarial entre os profissionais distribuídos nos quatro CMEIs analisados. Tal evidencia pode ser decorrente ainda devido a formação das profissionais docentes, segundo dados obtidos através do

Laboratório de Dados Educacionais (LDE), no CMEI Aníbal, 41.7% das profissionais possuem licenciatura ou complementação pedagógica, enquanto 33.3% possuem pós-graduação e 25% possuem apenas o ensino-médio. No CMEI Ester, segundo LDE, 37.5% das docentes possuem pós-graduação, 37.5% possuem apenas licenciatura ou complementação pedagógica e 25% possuem apenas ensino médio. O CMEI Eva, conta com um percentual de 35.7% profissionais pós-graduadas, 28.6% licenciadas ou com complementação pedagógica, 21.4% apenas com ensino médio e 14.3% possuindo bacharel ou tecnólogo. Por fim, o CMEI Julia, conta com 57.9% de profissionais licenciados ou com complementação pedagógica, 31.6% pós-graduadas e apenas 10.5% das profissionais possuindo apenas o ensino médio.

Ferraz (2020) e Cardozo (2018) encontraram diferenças significativas no salário dos docentes entre as escolas, o que gerou uma grande diferença no custo. Em Campo Magro essa diferença não é perceptível, a média do salário dos docentes é de R\$ 4 mil reais com baixa variação entre as escolas. Tal constatação pode indicar que os profissionais se encontram no mesmo nível de formação e que talvez os estímulos de carreira não sejam tão presentes, porque o salário inicial não se diferencia muito do salário dos profissionais com menos experiência.

Considerando todos os gastos apresentados, estimou-se o custo do mês de outubro por CMEi, diferenciando o valor de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) que não inclui despesa de alimentação.

TABELA 12 - TOTAL DE GASTOS E CUSTO POR CMEI, CAMPO MAGRO, OUTUBRO DE 2019

	Aníbal	Ester	Eva	Julia
Total Gasto Mês	R\$ 87.276,40	R\$ 73.228,50	R\$ 90.009,25	R\$ 113.337,51
Total gasto MDE mês	R\$ 80.702,32	R\$ 68.995,58	R\$ 82.921,57	R\$ 104.970,11
Número de matrículas	128	86	144	170
Custo-aluno total	R\$ 681,85	R\$ 851,49	R\$ 625,06	R\$ 666,69
Custo-aluno MDE	R\$ 632,49	R\$ 804,20	R\$ 577,83	R\$ 619,20

FONTE: Elaborado pela autora com base nos cálculos realizados a partir dos dados obtidos na pesquisa, 2019.

Como se pode perceber na tabela acima o custo mensal dos CMEIs varia um pouco, sendo o maior custo da escola com o menor número de estudantes, em geral, escolas menores tende a custar mais, porque não ganham em economia de escola. O valor mensal, apesar de não incluir todas as despesas necessárias, como por

exemplo, da administração, décimo terceiro, dá uma boa estimativa dos valores investidos e permite tensionar o quanto seria necessário para garantir uma oferta em condições de qualidade. O custo médio dessas instituições reflete a sua oferta, baseada na contratação de um número significativo de estagiários, da precarização dos trabalhos dos funcionários de escola, que estão sendo substituídos por profissionais terceirizados e da baixa atratividade da carreira docente.

Fica evidente que a escola com o menor número de alunos, Ester, acaba sendo a mais cara, onde o custo-aluno ultrapassa R\$800,00 reais mensais enquanto as demais não chegam a atingir o valor de R\$700,00 reais. Tal condição pode ser justificada devido ao fato de que ainda que a mesma possua um menor público, ela necessita de um número de colaboradores semelhante as demais, para que seja mantido o padrão e a qualidade desta oferta. Além disso, em relação as profissionais docentes do CMEI Eva, segundo informações obtidas através do LDE, cerca de 70.4% possuíam formação de pós-graduação, o que é um ponto que diferencia o salário das demais profissionais, sendo o CMEI que possui maior número de profissionais pós-graduadas.

A análise do custo real precisa ser feita à luz das condições do município, afinal segundo Bruno (2020) Campo Magro é um município com baixa capacidade financeira, a autora afirma ainda que “(...) o município de Campo Magro é aquele onde 85% de suas receitas correntes são compostas por transferências, caracterizando-o como o município com a menor autonomia financeira observada no grupo analisado⁶”. (p. 113). A discussão da baixa capacidade e, portanto, do custo precisa ser tensionada e ampliada a partir das discussões de condições mínimas de oferta. No âmbito das estimativas do SimCAQ o custo de uma creche parcial é de 926 reais por aluno e integral 2224, sinalizando a necessidade de ampliar os investimentos no município, mas principalmente melhorar a oferta de condições de qualidade.

⁶ A autora analisou os municípios do Primeiro Anel Metropolitano.

3 CONCLUSÃO

Estudar o financiamento de qualquer serviço público é essencial para existir um controle social, sendo assim possível evidenciar e acompanhar as políticas para que sejam pensadas novas possibilidades de financiamento afim de oferecer o acesso e assegurar a permanência a todos.

A oferta de educação infantil, creche, apesar de direito ainda carece de maiores investimentos, seja para garantia do acesso a todos que demandam, seja na efetivação de condições de qualidade que propiciem a igualdade de condições para acesso e permanência. Tal debate passa necessariamente pela discussão do financiamento e, conseqüentemente do quanto efetivamente se gasta e do quanto se deveria gastar. A presente pesquisa procurou responder qual o custo das instituições que ofertam creche em um município específico, Campo Magro.

Através do levantamento de gastos e do cálculo do custo é possível concluir que as instituições apresentam valores similares, sendo o maior custo da escola com o menor número de estudantes. Destaca-se que 90% dos recursos são destinados ao pagamento de profissionais, sendo a maior parte deles docentes, o que reafirma os achados de pesquisas como a de Ferraz (2020).

Destaca-se também que o município tem contratado diversas estagiárias, para atuação nas salas e junto às crianças de inclusão indicando uma precarização do trabalho profissional, sendo uma forma de barateamento da oferta. Além disso, percebe-se a substituição de profissionais de apoio do quadro próprio por terceirizados o que também tem sido uma prática em muitos municípios que compromete a garantia do direito à educação.

Ainda é possível acrescentar que será necessária a realização de estudos mais aprofundados para que seja possível chegar à conclusão se o valor despendido atualmente é suficiente para a oferta igualitária de uma Educação Infantil de qualidade, levando em consideração que o presente estudo apenas levantou o custo-aluno mensal e suas vertentes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, T. Desenvolvimento de um modelo de previsão de custos para planejamento de sistemas públicos de educação básica em condições de qualidade: uma aplicação a municípios de Goiás. São Paulo. 2012. 342p. **Tese** (Doutorado) – Setor de Administração, Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13082012-165657/pt-br.php> >. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ALVES, T.; SILVEIRA, A. D.; BRUNO, D. J.R. Financiamento da expansão da educação infantil em condições de qualidade: um estudo dos municípios da região metropolitana de Curitiba a partir do SimCAQ. **Revista Inter-Ação**, (UFG. ONLINE), v. 45, p. 493-514, 2020.
- ALVES, T.; SILVEIRA, A. A. D.; SCHNEIDER, G. Financiamento Da Educação Básica: O Grande Desafio Para Os Municípios. **Retratos Da Escola**, Brasília, v.26, 2019.
- AMÂNCIO-VIEIRA, S. F.; BENILSON BORINELLI, L. F. D. N.; DALMAS, J. C. "A relação entre custo direto e desempenho escolar: uma análise multivariada nas escolas de ensino fundamental de Londrina/PR. **Educação Em Revista**, v. 31, p. 169-194, 2015.
- AMORIM JÚNIOR, A. Financiamento da educação básica: um estudo do custo aluno em alguns municípios do estado de Goiás. 145 f. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2018.
- ARAÚJO, L. Impacto financeiro da implantação do CAQi no Brasil. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 40, p. 1 -22, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NTxVsKBFD8f35JrTTSysvwp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- BARROS, M. D. **Educação infantil**: o que diz a legislação. Jusbrasil. 2008. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília: 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.
- BRUNO, D.J.R. O desafio de ampliar o acesso à educação infantil garantindo condições de qualidade: uma análise a partir da capacidade financeira dos municípios no primeiro anel metropolitano de Curitiba. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70638>. Acesso em: 27 out. 2022.

BRUNO, D. de J. dos R. . .; SILVEIRA, A. A. D. . A educação infantil em municípios com distintas capacidades orçamentárias: acesso, condições de oferta e financiamento. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 49, n. contínuo, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/213775>. Acesso em: 10 out. 2023.

BASSI, Marcos Edgar. Financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 41, n. 142, p. 116-141, jan. 2011. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **CAQ: Custo Aluno Qualidade**. Campanha: São Paulo, 2023. Disponível em: <https://campanha.org.br/caqi-caq/o-que-e-o-caq/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CAMPO MAGRO. Prefeitura do município. Disponível em: <<https://www.campomagro.pr.gov.br/nosso-municipio>>. Acesso em 13 dez. 2022.

CARA, D, PELLANDA, A. Quanto custa a educação básica pública de qualidade: o sistema CAQi/CAQ da campanha nacional pelo direito à educação. **Custo Aluno Qualidade (CAQ): contribuições conceituais e metodológicas**. Tradução. Brasília: Inep, 2021. Acesso em: 04 dez. 2023.

CARDOSO, J. O custo-aluno nas unidades de uma Rede Municipal de Educação Básica. Curitiba. 2018. 97p. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal do Paraná. 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55656>>. Acesso em:10 dez. 2023.

CONCEIÇÃO, S. H. D. Perspectivas e desafios do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) no contexto do financiamento da educação básica. **Educação Em Revista**, Marília, v. 17, 2016.

COUTO, M. A. F. D. O. A distribuição dos recursos financeiros para as creches utilizando o referencial do Custo Aluno – Qualidade Inicial – CAQi. **Dissertação** (Mestrado em Educação), Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CROZATTI, J. Gasto Médio Por Aluno, Por Professor E Por Escola E O IDEB No Ensino Fundamental Das Escolas Municipais Brasileiras: Evolução E Correlação De 1999 a 2009. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, p. 91-109, 2013.

DINIZ JÚNIOR, C. A.; Santos; T. "Financiamento Da Educação Básica No Mercosul: Uma Análise Comparada Das Fontes, Do Volume E Da Natureza Dos Recursos (2000-2015)." **Education Policy Analysis Archives**, Vol.30, 2022.

FERRAZ, J. P. V. O custo por aluno das escolas da Rede Municipal de Curitiba: tensões entre desigualdade e diferença de recursos. Curitiba. 2020. 186p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. 2020. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69089>>. Acesso em:10 dez. 2023.

FRANTZ, M. G. "Quanto Custa O Direito à Educação Pública Em Condições De Qualidade?" **Education Policy Analysis Archives** 29. August - December (2021): 169. Web.

FUNDEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb#:~:text=Ou%20seja%2C%20o%20Fundeb%20tem,censo%20escolar%20do%20ano%20anterior> Acesso em: 10 dez. 2023.

GOUVEIA, A. B.; SILVA, I. F. "O Gasto Aluno-ano No Paraná (Brasil) E a Situação De Financiamento Da Educação Nas Regiões Metropolitanas Do Estado." **Perspectiva** (Florianópolis, Brazil) 30.1 (2012): 305-31. Web.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/campo-magro.html> Acesso em 13 dez. 2022.

LDE. Disponível em: < https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/mapfor-brasil/consultar/formacao_docente/nivel_formacao_docente >. Acesso em 17 dez. 2023.

MERCHEDE, A. "Custos Da Educação Infantil: O Caso De Duas Instituições Do Distrito Federal." **Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos** 79.192 (2019): Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos, 2019, Vol.79 (192). Web.

PEIXOTO, E. M.; ARAÚJO, V. C. D. Educação de qualidade na educação infantil: quanto custará aos municípios capixabas esse direito a partir do PNE 2014-2024? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 241–259, 2017.

PDDE. Disponível em: < <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde> >. Acesso em: 10 dez. 2023.

PINTO, J. M. D. R. "Dinheiro Traz Felicidade? A Relação Entre Insumos E Qualidade Na Educação." **Education Policy Analysis Archives** 22 (2014): 19. Web.

PINTO, J. M. de R.; CORREA, B. C. Educação infantil e a política de fundos: como tem caminhado essa etapa educacional, em especial com a aprovação do Fundeb? **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [S. l.], v. 10, 2020. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/104023> >. Acesso em: 3 ago. 2023.

PNAE. Disponível em : <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o,filantr%C3%B3picas%20ou%20por%20elas%20mantidas> >. Acesso em 15 dez.2023

SARMENTO. M. J.; PINTO. M., (coord.) **As crianças contextos e identidades**. Universidade do Minho. Centro de estudos da criança. 1997.

SALES, L. C.; SOUSA, A. M. De. "O CUSTO ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE TERESINA: ENTRE A REALIDADE DO FUNDEB E O SONHO DO CAQI." **Educação Em Revista** 32.1 (2016): 55-77. Web.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS. Manual de operacionalização do fundo rotativo. [s.l: s.n.]. Disponível em: < https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Manual_Fundo_Rotativo/Manual_Fundo_Rotativo_atualizacao_em_08_10_2018_2.pdf >. Acesso em: 10 dez. 2023.

SENA, P. "O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE." **Revista Educação E Políticas Em Debate** 3.2 (2015): Revista Educação E Políticas Em Debate, 2015, Vol.3 (2). Web

SILVA, L. H. G. DA.; STRANG, B. DE L. S. A obrigatoriedade da educação infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares. **Pro-Posições**, v. 31, p. e20160069, 2020

SOARES, C. S.; ROSA, F. S. D. "GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E DESEMPENHO ESCOLAR: ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS DO IDEB EM SANTA MARIA/RS." **Revista Eletrônica De Estratégia & Negócios** 13 (2020): 38. Web.

TAPOROSKY, B. C. H. **O controle judicial da qualidade da oferta da educação infantil: um estudo das ações coletivas nos Tribunais de Justiça do Brasil (2005-2016)**. 203 f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, R. D.; LEMES, S. D. S. "Relação IDEB E Gasto Aluno-ano: Algumas Aproximações De Correlações E Sua Pertinência Para Melhoria Dos Investimentos Em Educação." **Política E Gestão Educacional** 20.3 (2016): 367-84. Web.

XAVIER, A. B. S.; PEIXOTO, V. D. M. "MAIS DINHEIRO É MAIS EDUCAÇÃO? UMA ANÁLISE DO GASTO EM EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS." **Tópicos Educacionais** 24.2 (2019): Tópicos Educacionais, 2019, Vol.24 (2). Web